



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS



MARÇO DE 2022

BOLETIM DECISO

ANO IV, N. 23

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

REITOR

PROFESSOR MARCELO CARNEIRO LEÃO

VICE-REITOR

PROFESSOR GABRIEL RIVAS

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PREG

PROFESSORA MARIA DO SOCORRO LIMA OLIVEIRA

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG

PROFESSORA MARIA MADALENA PESSOA GUERRA

PRÓ-REITORIA DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO – PRAE

PROFESSOR MOISÉS DE MELO SANTANA

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO – PROAD

MOZART ALEXANDRE MELO DE OLIVEIRA

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ESTUDANTIL – PROGEST

PROFESSOR SEVERINO MENDES DE A JÚNIOR

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO – PROPLAN

CAROLINA GUIMARÃES RAPOSO

DIRETORIA DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (DECISO)

PROFESSOR TARCÍSIO AUGUSTO ALVES DA SILVA

PROFESSOR CLÁUDIO MORAIS DE SOUZA

FICHA CATALOGráfICA

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS DA UFRPE BIBLIOTECA CENTRAL, RECIFE-PE, BRASIL

b688 boletim deciso / departamento de ciências sociais da ufrpe.
ano IV, n. 23 (mar. 2022). - Recife: t. a. alves da silva, 2022.
12 p. ; il.

mensal.

1. ciências sociais – periódicos i. ufrpe, departamento de
ciências sociais ii. silva, tarcisio augusto alves da, ed.

cdd 300.05

SUMÁRIO

INFORMES	04
ANIVERSARIANTES	05
DECISO EM MOVIMENTO	06
ANÁLISE: A REALIDADE SOB UM PONTO DE VISTA	07
DESTAQUE DO DECISO	11
CALENDÁRIO	12

07 de março

Retorno as atividades presenciais ocorreram sem mais problemas no Departamento. Porém, mesmo aulas iniciando dia 14/03, conforme cronograma do Bacharelado de Ciências Sociais, as aulas presenciais só aconteceram no dia 21.

A partir de demandas observas no período a direção solicitou da reitoria algumas intervenções, sobretudo em relação à segurança do prédio Ariano Suassuna.

08 de março

O dia internacional da mulher foi comemorado com a divulgação de diversos cards no Instagram do DECISO. Foram homenageadas a estudantes do bacharelado em ciências sociais que conseguiram aprovação nos programas de pós-graduação stricto sensu, docentes e técnicas do departamento.

18 de março

Foi o prazo final para envio dos Relatórios individuais de trabalho, referentes ao ano de 2021

ANIVERSARIANTES

03 de março

Maria Grazia Cribari Cardoso

12 de março

Rosa Maria de Aquino

20 de março

Marcos André de Barros



Pleno discute proposta de identidade visual para o DECISO

O último pleno departamental realizado em 31 de março, foram discutidas várias propostas de logo para o departamento. Do debate, decidimos que o estudante Victor Hugo apresentariam propostas orientadas no padrão institucional para apreciarmos. Na primeira versão as propostas mais votadas estão abaixo. No pleno de abril faremos a votação a partir das ideias apresentadas pelo estudante.



Proposta de mestrado em Ciências Sociais é encaminhado à PRPPG

Por meio do processo 23082.003810/2022-74 a proposta de mestrado em Ciências Sociais foi encaminhada à PRPPG e obteve parecer favorável, com pequenas observações feitas pela comissão.

O Sistema Federal de Avaliação das Políticas Públicas no Brasil

Carla Caroline Sales de Santana,
Cícero Francisco Bezerra Junior,
Lucas Rodrigues da
Silva Souza,
Manoel Adelino de Souza,
Cira Cristine Pena de Oliveira,[1]
Gabriella Maria Lima Bezerra[2]

O Ciclo das Políticas Públicas é um artifício analítico para compreender e organizar atividades fundamentais da gestão da política pública, são elas: a definição da agenda, a formulação da política, a tomada de decisão, a implementação da política e a avaliação (Wu et all, 2014). Na definição da agenda, encontra-se uma pequena parcela dos problemas da sociedade que o governo elegeu para agir. A formulação da política aborda os possíveis caminhos que o governo pode empreender para atuar sobre o problema. Já na tomada de decisão, opta-se por um caminho de ação para implementar a política. Por meio da implementação, a política entra em vigência no meio social. Com a avaliação, é possível analisá-la e ver se ela está cumprindo o seu propósito. Caso não esteja, pode-se operar mudanças ou extingui-la. De acordo com Wu et all (2014), o ciclo das políticas públicas são atividades correlacionadas, que não seguem necessariamente uma sequência linear. Entretanto, dedicar-se a cada função do ciclo é essencial para a sociedade obter uma política pública que tenha potencial de desenvolver bons resultados.

-
1. Estudantes de Ciências Sociais
 2. Professor do Departamento de Ciências Sociais

O Sistema Federal de Avaliação das Políticas Públicas no Brasil

Neste texto, composto por alunos da disciplina Políticas Públicas do Bacharelado em Ciências Sociais do DECISO da UFRPE, no semestre 2020.2 (2021.2), jogamos luz sobre a última fase deste ciclo, especialmente, chamando atenção para as mudanças recentes nas legislações e implementação da avaliação no Brasil. Como processo em que se encontram dados capazes de orientar a tomada de decisão, até mesmo em caso de remodelagem ou extinção da política, a fase de avaliação do ciclo tem componentes reflexivos e relevância fundamental nas políticas públicas. Se executada sistematicamente, de modo integrado e institucionalizado, a avaliação permite o aperfeiçoamento da ação estatal, identificando melhorias dos processos, dos resultados e da gestão, permitindo que se realize um conjunto de programas ou ações Governamentais necessárias, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira (Wu et all, 2014).

Para um bom monitoramento, é fundamental que os objetivos, os principais insumos, processos, produtos, resultados e impactos da política tenham sido identificados em seu início, que haja indicadores para verificar sua evolução e o cumprimento das metas estabelecidas, como também a utilização de metodologias bem aceitas pelas comunidades científicas. Portanto, é um processo que exige um alinhamento com todo ciclo de execução (Wu et all, 2014).

O Sistema Federal de Avaliação das Políticas Públicas no Brasil

No Brasil, a avaliação se desenvolve nos seguintes passos: 1) presta-se contas ao SIOOP (Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário); 2) essas informações vão para o PPA (Plano Plurianual); 3) elabora-se relatório avaliativo de cada programa temático; 4) esses dados são publicizados, na expectativa que sejam insumos na agenda de trabalho dos comitês de avaliação. A execução do PPA e o acompanhamento dos seus indicadores criam um ambiente favorável ao aperfeiçoamento dessas políticas, podem gerar informações sólidas e de fácil entendimento sobre a necessidade de avaliação, a partir do uso de metodologia capaz de dar aos dados nitidez e aceitabilidade. Alguns ministérios setoriais constituíram atividades estruturadas de monitoramento e avaliação de suas políticas, como por exemplo, a Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (SAGI/MDSA), o Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde (Demas/MS), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o IPEA.

Além disso, após trâmites no Congresso Nacional, o Governo Federal disponibiliza esses relatórios em sites, por exemplo, o site do 'PPA cidadão', onde todos os indivíduos podem acesso às ações tomadas pelo Governo na condução das políticas públicas. No 'PPA cidadão' estão disponíveis os programas governamentais do ano 2016-2019.

O Sistema Federal de Avaliação das Políticas Públicas no Brasil

Estes programas estão organizados em temas que exprimem objetivos com metas contundentes e indicadores para o acompanhamento da temática. O site apresenta a evolução destas metas e quais delas estão alinhadas com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). Ademais, cada um dos programas temáticos apresenta um relatório de avaliação.

Gostaríamos de destacar algumas mudanças importantes nos últimos anos a nível federal, mas que gera consequências para todos os níveis, servindo também como modelo. Em 2016, foi instituído o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas Federais (Cmap) pela Portaria Interministerial no 102. Em 2017, pelo Decreto no 9.203/2017, instituiu o CIG - o Comitê Interministerial de Governança. E em 2018, o Comitê de Monitoramento e Avaliação dos Subsídios da União (Cmas) foi instituído pelo Decreto no 9.588. Nesse sentido, os processos de avaliação do governo federal podem ser otimizados e concatenados de forma a produzirem informações que serão usadas pelos órgãos gestores, por acadêmicos interessados no tema, como também, acessado por todos.

Referências

Casa Civil da Presidência da República. Brasília. Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2. Casa Civil da Presidência da República, 2018.

WU, Xu et al. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. 2014. Brasília: Enap. 2014.

CONHEÇA ALGUMAS PUBLICAÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES DOS(AS) SERVIDORES(AS) DO DECISO

Gabriella Maria Lima Bezerra

1 - Coluna no Jornal O Povo: "A falácia personalista".
Digital e Impresso. 08 de março de 2022. Link:
<https://bityli.com/nctZH>

2 - Lançamento do edital do Curso de Especialização
em Políticas Sociais (DECISO-UFRPE), 31 de março de
2022: <https://youtu.be/zEq5b-D7bKE>

João Evangelista Tude de Melo Neto

1 - Curso on line de Introdução à filosofia de Nietzsche.
Curso baseado no livro "10 lições sobre Nietzsche",
autor da obra.

05 de abril

Comissão de extensão
Comissão de pesquisa

07 de abril

Reunião do Colegiado de Coordenação Didática CCD do
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais

11 de abril

Comissão de planejamento

12 de abril

- Reunião Núcleo Docente Estruturante - NDE do
Curso de Bacharelado em Ciências Sociais
- Comissão de ensino

22 de abril

Reunião do Conselho Técnico Administrativo - CTA do
DECISO

27 de abril

Reunião Pleno Departamental do DECISO